Revista NEP - Núcleo de Estudos Paranaenses, Curitiba, v. 9, n. 2, dez. 2023
Dossiê A usina hidrelétrica Itaipu Binacional e a ditadura no Paraná ISSN: 2447-5548

FAMILISMO E GENEALOGIA NA SOCIOLOGIA: ANÁLISE DAS PUBLICAÇÕES DA REVISTA NEP

Alexsandro Teixeira Ribeiro[1]

Resumo: O presente trabalho busca debater a centralidade da família como uma das instâncias de reprodução de poder na sociedade. Família importa, e o parentesco como elemento de poder social é reflexo da forma como a sociedade brasileira foi se consolidando ao longo do tempo. A partir de análise de conteúdo (BARDIN, 2016), realiza-se no presente trabalho um mapeamento sobre as publicações da Revista do Núcleo de Estudos Paranaenses (NEP), um dos principais espaços de debate e pesquisa sobre o familismo, nepotismo e sociologia política. Busca-se com o mapeamento identificar as temáticas, bases metodológicas e teóricas predominantes nas publicações, com o objetivo de estabelecer uma síntese sobre o cenário da produção acadêmica da área na revista. Desta forma, a genealogia e as relações de parentesco na sociedade a partir do familismo são temas que norteiam a presente pesquisa, embasada a partir de um referencial teórico da sociologia política, sustentado em Oliveira (2001, 2007).

Palavras-chave: genealogia, Núcleo de Estudos Paranaenses, análise de conteúdo, sociologia política

FAMILISM AND GENEALOGY IN SOCIOLOGY: ANALYSIS OF NEP MAGAZINE PUBLICATIONS

Abstract: This paper seeks to debate the centrality of the family as one of the instances of power reproduction in society. Family matters, and kinship as an element of social power is a reflection of the way in which Brazilian society has been consolidated over time. This paper uses content analysis (BARDIN, 2016) to map the publications of the Revista do Núcleo de Estudos Paranaenses (NEP), one of the main spaces for debate and research on familism, nepotism and political sociology. The aim of the mapping is to identify the predominant themes, methodological and theoretical bases in the publications, with the aim of establishing a synthesis of the academic production scenario in the area in the journal. In this way, genealogy and kinship relations in society based on familism are the themes that guide this research, based on a theoretical framework of political sociology, supported by Oliveira (2001, 2007).

Keywords: genealogy, Center for Paraná Studies, content analysis, political sociology

Introdução

As relações familiares são elementos-chave para entender as estruturas de poder e influência na sociedade brasileira na atualidade. O sobrenome e a carga de poder simbólico que ele carrega permeia todas as instâncias sociais, não apenas abarcando o poder público, mas também consolidando como um potencial de aglutinação de poder no setor privado.

[1] Doutor em Sociologia pela UFPR, mestre em Jornalismo pela UEPG. Contato: alexsandrotribeiro@gmail.com

Observando a organização da sociedade brasileira na colonização portuguesa, Freyre (2004) reconhece a família como a unidade social primordial o desenvolvimento do Brasil, tendo um papel mais efetivo que a coroa ou demais instituições, como a religiosa. Para Freyre, ao longo de quatro séculos foi a família a grande força permanente responsável pelos principais acontecimentos do Brasil, e que "entre nós não deixará completamente de ser a influência se não criadora, conservadora e disseminadora de valores, que foi na sua fase patriarcal" (2004, p.78). De fato, no campo político, por exemplo, a família é uma das principais estruturas de perpetuação e reprodução do poder, com reflexo também em outros campos, como o comunicacional, área foco da análise do presente trabalho.

A análise de parentesco e organização política, conforme destaca Oliveira (2001), é um estudo sobre uma ampla rede social e política de interesse, cujas conexões e capitais políticos e sociais são arregimentados, muitas vezes, por gerações. Estratégias de fecundidade, educativas, matrimoniais de sucessão, nepotismo, clientelismos, dentre outras, estão entre as artimanhas para a manutenção do poder sob os mesmos grupos ou linhagens (OLIVEIRA, 2001, 2007; SAINT MARTIN, 2008). À guisa dos estudos sobre elites e parentescos na política, Saint Martin (2008) identifica a reprodução do poder entre as mesmas linhagens de gerações e de estruturas de poder aparenta-se justamente na "formação das elites organizadas em torno de grandes écoles e de classes preparatórias". Isso faz com que o cenário total da política gire em torno dos mesmos atores ou clãs, com pouco espaço e "probabilidade de que um outsider pouco conhecido na classe política" (2008, p.44) venha a galgar um posto importante eletivo, a não ser que se introduza por meio das redes já instituídas. Desta forma, é possível destacar a centralidade das relações de parentesco para a reprodução de poder na sociedade.

Compreender tais dinâmicas de poder é uma proposta de investigação sociológica que está no cerne do Núcleo de Estudos Paranaense (NEP). O núcleo surge em 1996[2] vinculado ao curso de Ciências Sociais da UFPR, com a perspectiva de acompanhamento parlamentar para pesquisa sobre trajetória política e o mapeamento da performance do parlamentar nas casas legislativas. Encabeçado pelo professor Dr. Ricardo Costa de Oliveira[3], com contribuições acadêmicas sobre as temáticas política paranaense, poder político, nepotismo, instituições, famílias, estruturas de parentesco e poder legislativo, o NEP registra como produção acadêmica

[2]https://web.archive.org/web/20060207075706/http://www.nep.ufpr.br/genealogia.htm
[3] http://lattes.cnpq.br/4666317856051079

23 dissertações e 16 teses de doutorado junto ao eixo temático Instituições e poder, vinculado à linha de pesquisa Cidadania e Estado, do Programa de pós-graduação em Sociologia da UFPR. Além das produções bibliográficas dos pesquisadores do NEP, destaca-se ainda a contribuição do núcleo para o debate do familismo a manutenção da Revista do NEP, publicação semestral dos membros do grupo de pesquisa do NEP, cujo propósito é se consolidar um espaço perene de interlocução com pesquisadores do campo social "no país e no exterior que se dedicam ao estudo da política no Brasil e no Paraná, em específico, e a temática Sociedade, Instituições e Estado, em geral"[4]. Desde 2015, foram 19 edições com artigos temáticos de dossiês vinculados ao tema do nepotismo, instituições, poder e genealogias.

Considerando o potencial de contribuição da publicação para o campo sociológico, o problema orienta o presente estudo é quais as metodológicas e teóricas predominantes nos trabalhos publicados na revista do NEP. Como forma de identificar o volume de produção e as linhas gerais das contribuições da Revista, realizamos um mapeamento contabilizando e categorizando os artigos publicados na Revista do NEP desde sua origem até a primeira edição de 2022. Ao longo das 19 edições, foram publicados 229 artigos, que consolida no corpus de análise da presente pesquisa. Para tal empreendimento, nos debruçamos ao longo deste trabalho sobre uma revisão teórica sobre os estudos do familismo, bem como posterior apresentação das categorizações e análise dos resultados.

Metodologia

Como percurso de mapeamento, nos apropriamos da perspectiva de análise de conteúdo a partir de Bardin (2016), que nos permite reunir categorias para organizar os dados e identificar padrões nas publicações da revista. A postura metodológica usada no levantamento dos artigos é predominantemente quantitativa. Reunidos os dados em uma tabela, iniciamos uma primeira exploração, indicado como pré-análise por Bardin (2016, p.125) para definir as categorias de reunião de informações, com o objetivo de criar um mapeamento que apresentasse um retrato das publicações da revista do NEP. Como preconiza a pesquisadora (BARDIN, 2016), a observação e mapeamento se dá a partir de conferência e identificação de determinadas categorias que auxiliam na análise dos conteúdos. Com isso, definimos as seguintes categorias: Palavras-chave – reunião das palavras e temas indicados pelos autores como principais assuntos

[4] https://revistas.ufpr.br/nep/about

predominantes ou base dos artigos submetidos à revista. O objetivo foi agrupar as palavras para perceber os principais temas indicados pelos autores; Métodos – nesta categoria foram reunidas as ferramentas metodológicas identificadas ou declaradas nos trabalhos, também agrupadas com o objetivo de identificar se houve predominância ou preferência para algum cabedal metodológico para as pesquisas sobre elites políticas e genealogias; Abrangência – identificação de marco geográfico da pesquisa, considerando se abordava tema de abrangência municipal, estadual, regional, nacional ou ainda internacional ; Autores – reunião das principais referências empregadas pelos pesquisadores para sustentação teórica. Considerando que em alguns trabalhos o volume de referências documentais poderia ser significativo, foram apenas contabilizadas referências não documentais; Obras – mapeamento das principais literaturas usadas para sustentar os debates dos artigos.

Retomada do debate sobre o familismo na sociologia política

Em se tratando de genealogia e relações de parentesco na sociedade, lançar olhares para o presente é automaticamente fazer uso de lentes consolidadas ao longo da história. Para tanto, buscamos aqui destacar os estudos que se debruçaram em analisar as lógicas do familismo como elemento determinante para as relações de poder na sociedade. A abordagem tem como norte partir de um recorte de análise das leituras que indique a centralidade das relações de parentesco no campo político e na reprodução do capital político. Ou seja, considerando a estreita influência das redes de parentesco e da importância do sobrenome para a perpetuação do poder ou do ingresso e manutenção no campo político. Empreendimento similar é realizado por Goulart (2016, 2018) e Oliveira (et al, 2017), com resultados que serão incorporados aqui e avançados ao indicar elementos da produção do Núcleo de Estudos Paranaenses (NEP) e suas contribuições para o estudo do familismo na atualidade.

Usaremos como marco de leitura inicial os autores clássicos da interpretação do pensamento político, econômico e social do Brasil, pelo potencial de alinhamento das bases de análise, e também pelo potencial de influência dos estudos destes autores no pensamento contemporâneo sobre a identidade nacional. Para Freyre (1998), a família é o principal instrumento da colonização do país desde o século XVI, sendo, portanto, também o ponto de partida para analisar, em menor escala, as dinâmicas de funcionamento das instituições sociais. O autor aponta que é a partir da família que são operadas as principais ações que mobilizam a

consolidação da colônia e suas atividades, a partir da abertura de novas áreas e suas ocupações, bem como a conversão em área produtivas, na comercialização de escravos, dentre outros aspectos. A família rural, destaca Freyre (1998, p.22), é a unidade que encabeça o processo de formação social do Brasil a partir de 1532, alcançando funções sociais e econômicas ao longo dos séculos, sobretudo no mando político.

Desta forma, Freyre (2004) reforça a centralidade social da família, sobretudo a partir de uma estrutura patriarcal, como uma das principais forças permanentes do país, sendo que em torno da família que ocorre os acontecimentos essenciais, e não em volta do chefe de estado, do rei ou ainda do poder religioso. Reforça o Freyre que a família, entre nós, "não deixará completamente de ser a influência se não criadora, conservadora e disseminadora de valores, que foi na sua fase patriarcal" (2004, p.78). A família, aponta Candido (1951), era organizada não apenas pelos laços sanguíneos e não limitado aos domínios do lar, mas integrava uma dinâmica de agrupamento por laços de afinidade e de relações sociais a partir de um sistema centrado na solidariedade parenta.

Nesta sistemática, a reprodução do poder se dá no privilégio resultante do benefício interno que o grupo gera entre seus membros, em contatos ou entre intertravamento com outros grupos familiares a partir de graus de conexões familiares, formando assim um "poderoso sistema de dominação econômica e política e, portanto, para a aquisição e manutenção de prestígio e status" (1951, p.299). O poder patriarcal é central nesta dinâmica, que se apropria da política de compadrio para gerar um senso de dever entre padrinho e afilhado, tanto na gestão dos deveres e benefícios gerados entre os membros da família, quando no senso de preservação do grupo.

Já Holanda (1995), também observando as linhas de formação da identidade nacional, destacará em sua obra algumas passagens a relação familiar e de parentesco como um agregador de reprodutor de poder na sociedade colonial, sobretudo ao refletir a paridade de conceito entre as facções e as famílias quanto à forma de organização, sobretudo famílias em estilo patriarcal, em que as conexões biológicas são preponderantes para fortalecer os laços entre os descendentes, colaterais e afins aos chefes da família, formando assim "um todo indivisível, cujos membros se acham associa dos, uns aos outros, por sentimentos e deveres, nunca por interesses ou ideias" (1995, p.79).

Oliveira (2017, p.170), fazendo uma leitura sobre Vianna (1999), vai apontar que o autor também se debruçou sobre o familismo como elemento determinante para a estrutura social

brasileira, sobretudo na medida em que a formação do clã se deu sobre a falta de um espírito coletivo e de um poder central. Assim, de uma família senhorial ou patriarcal com organização e predomínio interno nas fazendas ou da casa-grande, vão se aglutinando e formando o clã, composto de famílias geradas a partir de laços de consanguinidade ou de afinidade (1999, p.228), sendo que o seu fortalecimento ou poder social está em contrafluxo com o poder estatal. Desta forma, como indica Oliveira (2017), é interesse do clã a supremacia do poder dos seus representantes e do seu grupo diante de uma consolidação de um poder público ou de uma estrutura de poder que privilegie a plenitude da vida pública.

Para além destes autores, reunidos em publicações da primeira metade do século XX, e que reforçam a centralidade da família para a leitura sociológica brasileira, Oliveira (2017) e Goulart (2016) vão identificar uma lacuna de produção com a problemática do parentesco alinhado ao poder social e econômico e como um elemento que integra uma dinâmica do campo político institucionalizado. Observando a pesquisa sobre o campo, Canêdo (1994) imputa, em parte, o vazio da produção entre os autores da primeira metade do século passado até início da década de 1990 à maneira sintetizadas de pensar as dinâmicas políticas nacional inibindo as relações de família e política, passando a resgatar a família apenas como categoria para políticas públicas. Aponta a autora que a "família simplificada em códigos e a política sintetizada em siglas num país que se modernizada em siglas e números impediu a visão dos novos contornos do desenho da legitimidade eletiva, construindo uma orientação da duração" (CANÊDO, 1994, p.95).

Segundo Oliveira (2017) e Goulart (2016, 2018), este vazio de contribuições específica que reforcem macrossociologiamente o familismo e o nepotismo na análise das dinâmicas sociais e políticas viria a ser preenchido apenas com a retomada do campo a partir da década de 1990. Não que neste intervalo fosse totalmente ausente de esforços acadêmicos sobre o poder familiar. Contudo, diferente do que vinha se operando nas obras referidas aqui com observação ampla da relação do parentesco para um plano político nacional, o que se viu foram obras com viés microssociológico com produção direcionados ao poder local, “baseadas na dominação do mandão, do coronel, do chefe político local que representam certo sobrenome poderoso e que submetem o espaço político [...] ao seu domínio porque aglutina prestígio” (GOULART, 2016, p.4). Desta feita, as pesquisas que estão no interstício dos estudos entre o grupo de pesquisadores da primeira metade do século XX e da década de 1990 vão observar o parentesco como elemento da organização política a partir de uma perspectiva singular de eventos locais,

bem como desvelam tais relações de poder familiar inseridas no contexto da política institucionalizada.

Em uma abordagem sistemática sobre o quadro de produção do pensamento social acerca da temática da família e política, Oliveira (2017) traça uma linha do tempo do século XX recortando em três partes, sendo a primeira, abarcando a primeira metade do século, resultante do agrupamento de autores como Oliveira Viana, Sérgio Buarque e Holanda, Victor Nunes Leal, Gilberto Freyre e outros, que realizaram estudos e esses sobre o pensamento social brasileiro usando como pano de fundo a centralidade da família como elemento fundamental para a análise do cenário da formação da identidade nacional.

O bloco intermediário da linha do tempo reúne um interstício de produção de macrossociologia em que os estudos passam a centralizar as instituições partidárias ou ainda se voltar epistemologias europeias e estadunidenses para observar o fenômeno nacional, cujas perspectivas não centralizam a importância do agrupamento de parentesco e suas dinâmicas. A retomada dos estudos sobre política viria no terceiro bloco, "tendo a família como variável importante, estabelecendo relação entre o local e o nacional" (OLIVEIRA et al., 2017, p.175). Aqui há também o fortalecimento de uma agenda centrada nos estudos do familismo, com esforços para a formação de um corpus teórico e metodológico.

Lançando o olhar para a retomada, portanto, dos estudos da genealogia e do parentesco na sociedade, sobretudo observando as conexões de poder na contemporaneidade, Goulart (2016, 2018) e Oliveira (et al. 2017) vão identificar maior centralidade da família nas pesquisas de Leticia Bicalho Canedo[5], Igor Gastal Grill[6] e Ricardo Costa de Oliveira[7], este encabeçando o Núcleo de Estudos Paranaenses (NEP)[8], ao qual integra Mônica Helena Harrich Silva Goulart[9] e demais pesquisadores com contribuições para o fortalecimento dos estudos sobre nepotismo, capital social familiar, instituições políticas, genealogias e trajetórias políticas. Um dos principais autores que retomam a centralidade da família nas pesquisas, Grill vai empreender esforços em observar as elites políticas gaúchas e as lógicas do uso de capitais familiares e políticos para a atuação social. A família torna-se, portanto, uma das dimensões que Grill adotará como viés metodológico e de interpretação para compreender as dinâmicas de

[5] http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do
[6] http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do
[7] http://lattes.cnpq.br/4666317856051079
[8] https://revistas.ufpr.br/nep
[9] http://lattes.cnpq.br/1682464404261569

transformação social do Rio Grande do Sul, percebendo as organizações institucionais a partir desta categoria e de outras mais, como espaços de formação e outras instâncias de socialização de formação do capital social (GRILL, 2004; 2007; 2012; 2017).

As investigações de Grill adotam posturas de análise complexa das relações de formação do capital a partir do prestígio buscando cercar tais dinâmicas a partir da conexão familiar e nas conexões sociais. Uma destas abordagens foi a percepção da ligação entre o parentesco e o itinerário educacional e político de parlamentares gaúchos (GRILL, 2007), criando uma postura metodológica de mapear os perfis das famílias observando a posição social da origem, sobretudo a partir da função profissional do patriarca da família, bem como identificar a forma de entrada no cenário político, cruzando posteriormente os dados sobre a carreira escolar e as origens geográficas das famílias.

A partir deste percurso, para o pesquisador, é possível apreender os "processos de construção e transmissão do patrimônio político que se constitui no conjunto da reputação coletiva e das bases de fidelidade acumuladas pelo grupo familiar" (GRILL, 2007, p.6). Seguindo a pesquisa sobre a organização da elite política do Rio Grande do Sul, sobretudo a partir de núcleos de parentesco em torno de imigrantes que vão se consolidar em tradicionais famílias na região, Grill (2012) parte do pressuposto de que as famílias atuam no meio institucional como estruturas informais acrescentando complementarmente aos atores políticos camadas ou instâncias de distinção e de capital, fomentando a partir do parentesco as conexões entre grupos a partir do matrimônio, estabelecendo a ocupação de espaços políticos a partir de nomeações e resultando também em ampliação o capital econômico. Assim, as famílias constituem o "lócus de reprodução, pois são capazes de orquestrar um conjunto de estratégias [...] que formam um sistema de funções interdependentes, compensatórias e cronologicamente articuladas" (GRILL, 2012, p.140), considerando ainda, que no meio político, as condições de elegibilidade ou de potencial para ocupar cargos públicos institucionais perpassam também pelo pertencimento às famílias tradicionais ou ainda às associações aos nomes de tais famílias.

Revisitando as pesquisas de Canêdo sobre capital político e parentesco em Minas Gerais, Goulart (2015) e Oliveira (2017), vão destacar que a pesquisadora percebe a genealogia como uma camada que agrega informação na análise de acúmulo de capital simbólico, sobretudo no cenário do jogo político. A forma de operar este poder ou capital fica mais evidente na maneira como os atores sociais se apropriam ou manifestam uso da tradição familiar e do que esta tradição representa em termos de poder na sociedade.

A genealogia como postura metodológica de observação das lógicas de funcionamento do poder político na sociedade, segundo Canêdo (2011a, p.58), confere as linhas de leitura de identidade da família, na medida que permite analisar a origem e suas relações com o meio, bem como suas conexões com outras famílias e a forma como estas relações conferem status e acúmulo de capital social. Assim o desenho genealógico, cronológico, dá uma percepção da trajetória familiar cumulativa, permitindo uma análise das práticas individuais e coletivas e como este capital resultante destas ações e destes acúmulos interferem nos cenários sociais históricos e na contemporaneidade. Reforçando a centralidade das relações de parentesco no cenário político institucional, Canêdo (2011b, p.87) vai destacar a defesa de que muitos estudos sobre poder tendem a ignorar ou naturalizar o quadro político a partir de um amontado de siglas partidárias ou observando apenas o quadro final como resultante da votação ou das manifestações do teatro político. Segundo a pesquisadora, esta perspectiva não aprofunda a leitura para a construção social que é resultante das mecânicas de parentesco, ou das ritualizações de trocas de favores e de alianças. Para Canêdo, a genealogia confere um potencial de concretude às análises sobre as relações de parentesco no cenário político, uma vez que permite reunir dados que legitima a descendência ou ainda as conexões familiares construídas mesmo que por meio do que a autora denomina de "manipulações", para indicar a consolidação de um grupo coeso a partir de uma mesma identidade ou ainda a partir de casamentos. Neste sentido, reforça Canêdo (1994, p.100), a partir de um registrou ou traçado genealógico, a família é a prova de um trajeto resultante de acúmulo de gerações, sendo, portanto, um elemento fundamental no jogo político, pois "ela se inscreve, e deve se inscrever numa continuidade, marcando dessa maneira a solidez de seu poder social, seu domínio do tempo e sua capacidade de adaptação".

A partir, inicialmente, de uma leitura sobre a relação de parentesco e genealogia no Paraná, Ricardo Costa de Oliveira (2000; 2001; 2006; 2007; 2012; 2015) contribui para o aprofundamento da literatura teórica e metodológica acerca dos estudos sobre o nepotismo, as relações familiares e a sociologia política. A partir das investigações que resultaram na tese doutoral defendida pela Unicamp (OLIVEIRA, 2000), o pesquisador dará o início à consolidação do Núcleo de Estudos Paranaenses (NEP), vinculado ao Programa de Pós-graduação em Sociologia da Universidade Federal do Paraná (UFPR), que vem se firmando como um importante espaço de debate e de produção de conhecimento sobre temáticas vinculadas ao Estado, Sociedade e Instituições. A centralidade da família e das relações de

parentesco como estrutura fundamental para interpretar a sociedade brasileira, sobretudo na atualidade, é acentuada nas contribuições de Oliveira. Como destaca Oliveira a se debruçar sobre as lógicas do nepotismo no cenário político, a família ainda importa. Ou seja, não apenas no Brasil colonial, no império ou ainda nas primeiras décadas do Brasil República que as lógicas do parentesco são elementares para as realidades sociais e políticas.

No século XXI as dinâmicas do familismo ainda ajudam a entender as lógicas do poder. Ou seja, as "redes familiares controlam o centro do poder executivo e formam redes atravessando o poder legislativo com parlamentares hereditários, sempre se renovando pelas gerações" (OLIVEIRA, 2012, p.13). Pela leitura de Oliveira (2012), não apenas o poder político institucional é permeado pelas conexões do familismo, mas outras instâncias sociais, a economia e os meios de comunicação, como a "mídia, a intelectualidade, os jornalistas também já formaram grandes redes de parentesco e domínio familiar, agora em processo de modernização e profissionalização" (IDEM, 2012, p.13). Desta forma, o nepotismo, a partir da primazia da família nas instâncias de poder público, consolida-se como uma espécie de sistema político ou de rede social, que pressupõe uma estratégia de classes, com claro favoritismo entre os membros deste círculo familiar.

Como destaca o autor, a teoria do nepotismo reafirma a centralidade familiar para abordagem dos cenários sociais, sendo a família uma das principais unidades da política institucional do país (OLIVEIRA, 2015, p.335), sendo que a acumulação de poder familiar resulta em uma série de códigos comportamentais ou de capitais sociais empregados pelos indivíduos nas disputas de espaços e poder na sociedade, sendo que o mapeamento destas dinâmicas ou conexões de parentesco ajudam a desvelar as trajetórias e os interesses envoltos no ambiente político e social. Em grande medida, a partir de leitura bourdiana e marxista, Oliveira debaterá o intertravamento entre a relação familiar e de classes no meio político, considerando que o campo político institucional vai se tornando um espaço em que impera o negócio familiar e de ricos, sobretudo a partir de um profissionalismo que se apropria dos capitais sociais e de notabilidade dos sobrenomes, somados aos acessos à recursos financeiros em campanhas cada vez mais caras.

Desta forma, Oliveira (2001, p.12) expõe que a lógica do parentesco atua permeando a classe dominante, sendo esta composta por grupos familiares que reproduzem e perpetuam o seu poder social, político e econômico ao longo de gerações. A contribuição de Oliveira para os estudos do nepotismo e do familismo também está em perceber o a genealogia a partir de

uma perspectiva de análise das dinâmicas do capital familiar, ou seja, como uma ferramenta metodológica que permite observar os bastidores e a abrangência rizomática do parentesco. Assim, a genealogia consiste em "uma estrutura social temporalmente organizada em termos reais, ou mesmo imaginários, de modo a conectar e estruturar vários indivíduos e grupos familiares em complexas redes de parentesco e de interesses unidas entre si" (2012, p.52). A genealogia, assim, é defendida por Oliveira como uma linguagem social que opera as conexões de parentesco para manifestar a leitura sobre as conversões de capitais sociais, bem como a reprodução do poder a partir de gerações ou de grupos familiares.

O NEP e o perfil das publicações sobre familismo

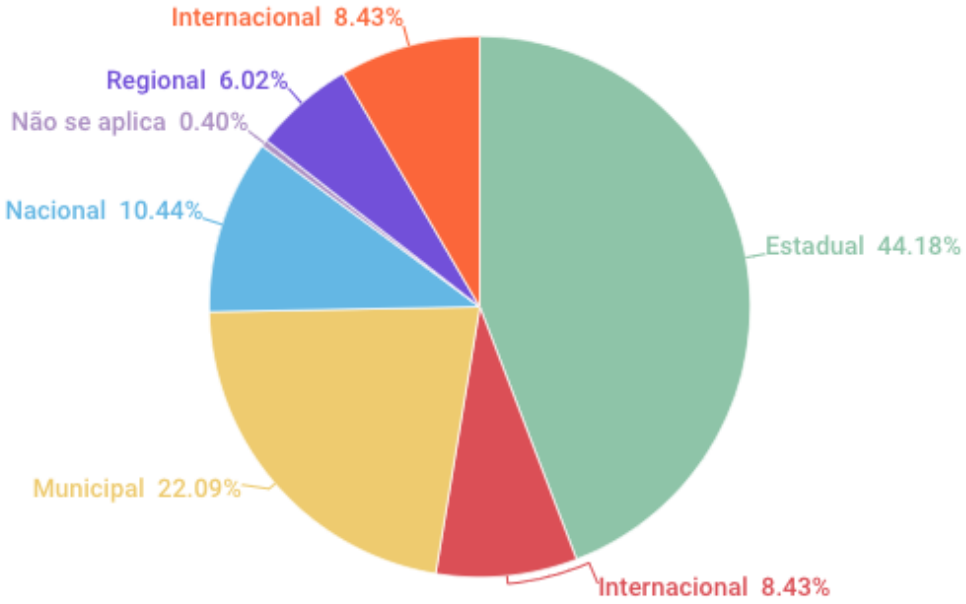
A produção de Oliveira sobre as relações de parentesco e de familismos presentes nas instituições políticas no Paraná, e posteriormente em abrangência nacional, orienta as investigações empreendidas pelos pesquisadores (dentre os quais alunos de graduação, especialização, e pós-graduação como mestrado e doutorado) que integram ou integraram o Núcleo de Estudos Paranaenses (conhecido pela sigla NEP), sob coordenação do professor Dr. Ricardo Costa de Oliveira analisa as relações e contornos sociológicos de instituições políticas paranaenses como câmaras municipais, prefeituras, assembleia legislativa, empresas de capitais mistos, dentre outros. Como forma de identificar o volume de produção e as linhas gerais das contribuições da Revista, realizamos um mapeamento contabilizando e categorizando os artigos publicados na Revista do NEP desde sua origem até a primeira edição de 2022. A seguir, apresentamos os gráficos com os principais dados coletados, indicando a predominância de determinados métodos, obras e autores como referências.

Figura 1 - Categoria palavras-chave (REVISTA NEP)

Fonte: O Autor, 2022.

Dando início à apresentação dos dados coletados, primeiro indicaremos uma nuvem de palavras com os principais temas indicados pelos autores sobre seus trabalhos. O objetivo com do mapeamento a partir desta categoria é indicar o volume e padrão de agrupamento de dados relativos aos assuntos centrais das publicações e o seu alinhamento com os estudos sobre o parentesco. Conforme indica a nuvem de palavras com os termos chave usados nos artigos, há um maior predomínio da Família como tema central indicado, seguido de Genealogia, Paraná, Política, Nepotismo e Prosopografia. Percebe-se, portanto, uma maior centralidade do tema familismo, o que indica alinhamento significativo com a linha editorial da revista. A centralidade é maior ainda se somarmos temas que estão conectados pelos conceitos, como Família e Nepotismo, ou ainda como Genealogia e Prosopografia.

Figura 2 – Categoria abrangência (REVISTA NEP)

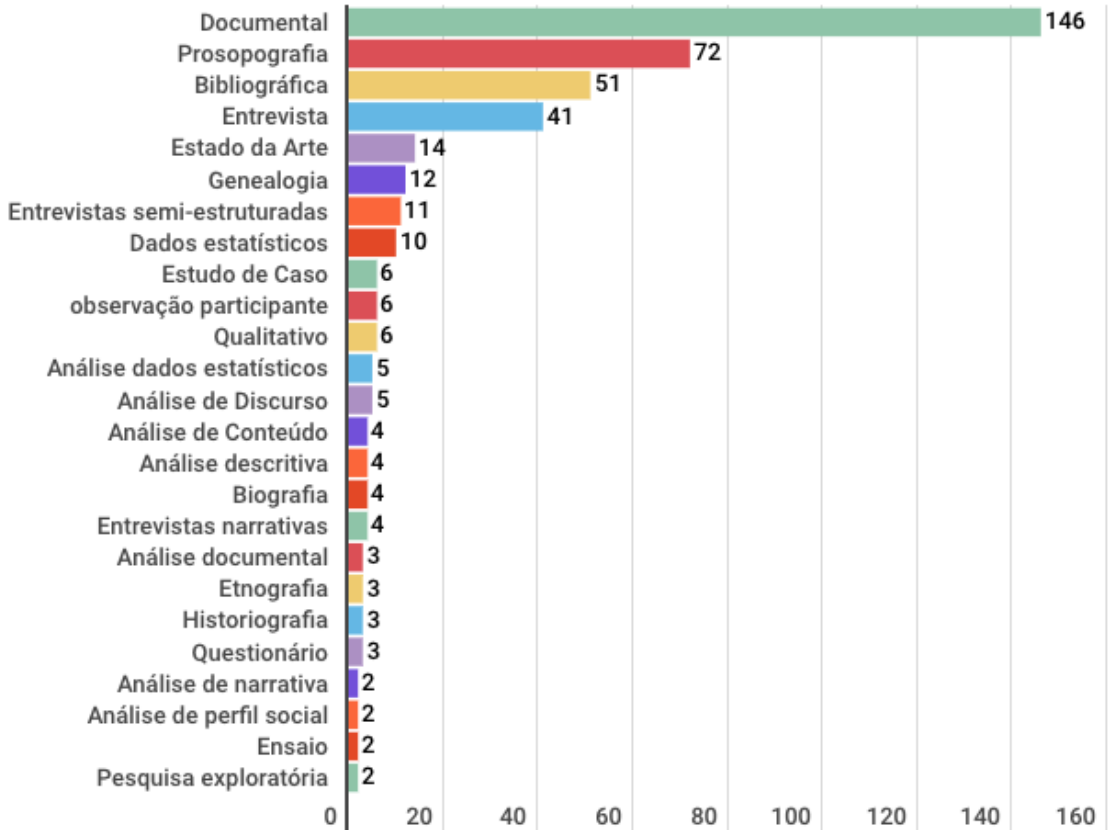


Fonte: O Autor, 2022.

O mapeamento dos dados dos artigos publicados nas edições da Revista do NEP indica maior volume de abrangência entre análise estaduais e municipais. Ou seja, 66% dos trabalhos publicados estão observando os fenômenos sociais e políticos sobre família, poder e demais temas que dialogam com a linha editorial da revista estão centradas nas manifestações municipais (como câmara de vereadores ou ainda a relação de parentesco em uma determinada cidade) e estaduais (aqui tanto em vínculo com executivo e legislativo estaduais, ou ainda sobre

um tema vinculado à abrangência em todo o território do estado). Aqui podemos indicar a abrangência paranaense como maior dentre as indicações dos trabalhos, sobretudo cruzando o gráfico que aponta maior incidência de abrangência estadual, com a visualização de nuvem de palavras sobre os termos-chave, em que um dos termos de maior incidência é Paraná. Temos assim maior volume de trabalho que busca desvelar a centralidade e poder do nepotismo que estejam relativos à um universo localizado, e não com amplitude regional, nacional ou ainda internacional, como em trabalhos sobre o familismo como vimos no início do século passado, com foco em mapear uma identidade nacional a partir das relações de família.

Figura 3 – Categoria Metodologia (REVISTA NEP)



Fonte: O Autor, 2022.

Outra categoria mapeada a partir do levantamento dos dados da Revista do NEP foi metodologia. Foram consideradas aqui duas abordagens de coletas, sendo a indicada pelos autores (como ferramentas documentais, entrevistas semiestruturadas etc) e as apreendidas a partir dos dados e elementos apresentados no trabalho. Percebe-se uma predominância de

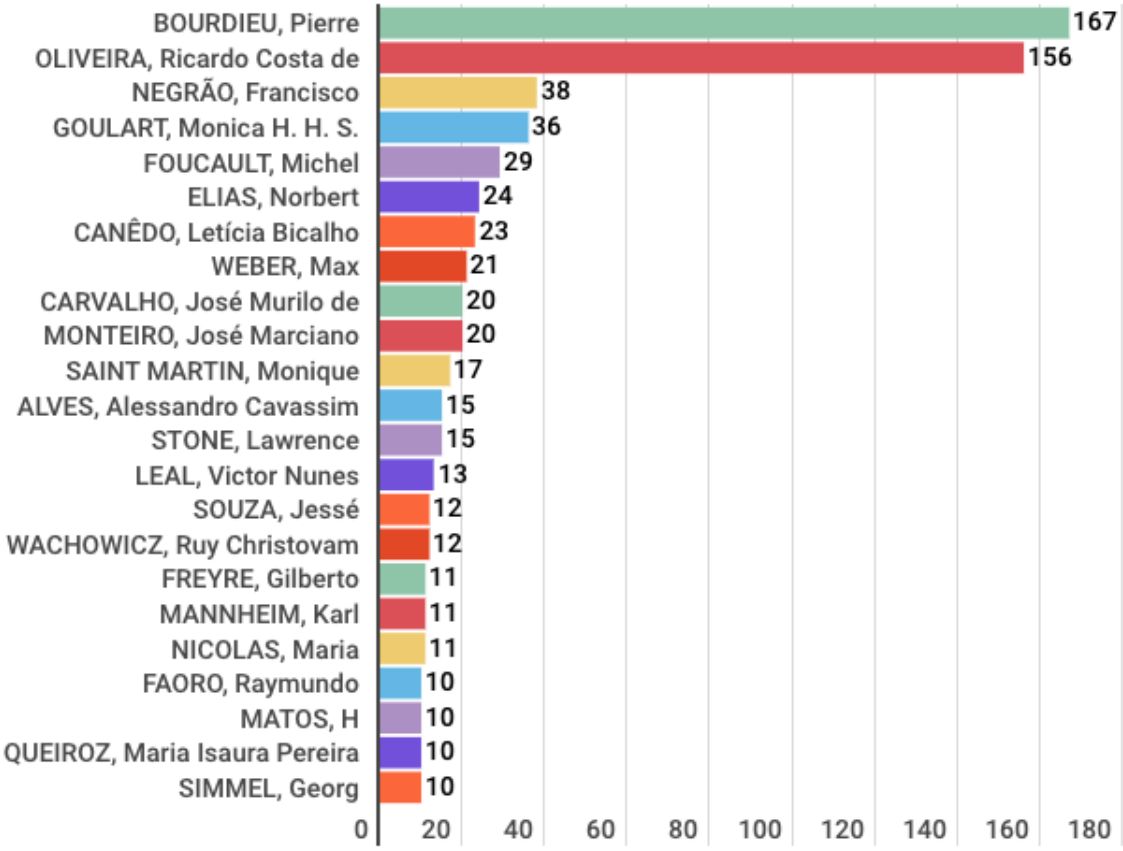
Pesquisa Documental e sobre Prosopografia. Somando Prosopografia com Genealogia, com diálogo entre as estratégias, podemos perceber uma maior centralidade do método como privilegiado nas pesquisas e resultados de pesquisas publicados pela Revista do NEP. Conforme indicado na literatura, sobretudo em Canêdo (2011a, p.58), os documentos (somando aqui não apenas os históricos, mas também digitais, como sites, portais de notícia, redes sociais digitais) são bases fundamentais para subsidiar as análises sobre o familismo e para mapeamento das dinâmicas de parentesco no cenário político institucional. A metodologia, como forma de contemplação e apreensão do objeto, tem que dar conta da complexidade das relações e redes de influências. Considera-se, sobretudo, a dificuldade de visualização das redes políticas (OLIVEIRA, 2017, p.151), muitas vezes não identificadas justamente por entes e estruturas que se especializam em mapeá-las na sociedade, como é o caso do ministério público, justamente devido as suas ramificações e sua capacidade de readaptação, mutações e transformações provenientes das reconfigurações da conjuntura e dos governantes. Com isso, teorizar sobre tais redes e ramificações do poder é depender de "estudos empíricos que identifiquem a origem, o funcionamento e as dimensões das redes políticas de poder e riqueza" (OLIVEIRA, 2017, p.152). Não basta apenas as pesquisas documentais, de mídia e bibliográfica, se não estruturadas dentro de uma premissa de conexão entre as multiplicidades de fontes de informações.

Desta forma, percebe-se a centralidade do método Prosopografia, que se debruça na coleta padronizada de informações com vistas a conectar biografia (BULST, 2005, p.52), estrutura de funcionamento, formas de relação e conexão, dentre outras relações, como ferramental para análise dos dados coletados. Entende-se prosopografia aqui como uma "investigação das características subjacentes comuns a um grupo de atores na história mediante o estudo coletivo das suas vidas" (STONE, 2011). Como pontua Bulst, não é possível analisar as estruturas políticas e sociais de determinados grupos, suas "continuidades e a descontinuidade", as formas de inclusão de membros, nomeações, definições de estruturas e demais questões descartando o conhecimento prévio das pessoas (2005, p.58). Assim, entender os vínculos e sobretudo a trajetória é jogar luz às relações e construção de capital simbólico, o que permite estruturar uma base de análise para identificar o fluxo de influência e de estrutura das elites. Nesta perspectiva, graças ao conhecimento de origem de cada ator e de suas conexões é que é possível "relacionar diferentes grupos", uma vez que é neste contexto que "as pessoas tenham moldado as instituições e tenham sido também por elas impregnadas", (BULST, 2005,

p.50) e que todo esse teor e formatação devem ser levados em consideração em cada análise prosopográfica.

A abordagem metodológica apontada para empreendimento de pesquisa sobre familismo se centra na observação e identificação de características e elementos que são comuns a determinados atores sociais e políticos, que uma vez mapeados possam dar conta de delinear a forma de organização de determinados grupos de influência. Como reforça Stone (2011, p.115), ao resgatar o histórico do uso da prosopografia para os estudos das elites, o método prosopográfico constitui em "estabelecer um universo a ser estudado e então investigar um conjunto de questões uniformes – a respeito de nascimento e morte, casamento e família, origens sociais e posição econômica herdada". Tais pontos, portanto, indicam o caminho de formatação das guias de entrevistas e demais métodos de coletas de dados que devem consolidar no rol de práticas que ajudarão no processo de pesquisa.

Figura 4 – Categorias Autores (REVISTA NEP)



Fonte: O Autor, 2022.

Realizando o mapeamento dos dados e agrupando a partir da categoria Autores, conseguimos identificar a recorrência de pesquisadores e autores que são consultados e que sustentam as bases das pesquisas publicadas na Revista do NEP. Na contagem, foram consideradas apenas as indicações únicas nas referências, ou seja, não foram quantificadas as abordagens internas, a quantidade de citações, o volume das citações em termos de quantidade de caracteres, bem como não foram realizadas análise qualitativas sobre as abordagens dos autores nas obras. O objetivo era apenas identificar a partir das obras usadas, a participação dos autores a partir das referências. Com isso, o quadro final quantitativo nos aponta para maior incidência do uso de obras dos sociólogos Pierre Bourdieu e Ricardo Costa de Oliveira. Sobre a recorrência da obra de Bourdieu, destacamos a centralidade nas análises sobre familismo as disputas de capitais junto no campo social e campo político. Desta forma, nos parece central também o debate de campo, identificando-o como espaços "estruturados de posições (ou de postos) cujas propriedades dependem das posições nestes espaços, podendo ser analisadas independentemente das características de seus ocupantes (em parte determinadas por elas" (BOURDIEU, 1983). Compreende-se aqui, portanto, o campo como um espaço de disputa e constrangimentos, um campo social em que há fluxos e pressão, um campo de forças e de lutas, em que "há dominantes e dominados, há relações constantes, permanentes, de desigualdade, que se exercem no interior desse espaço" (BOURDIEU, 2007). Tais perspectivas sociológicas permitem reverberar as percepções da análise de redes políticas, nepotismo e elites políticas, sobretudo no âmbito da pesquisa proposta, na medida em que Bourdieu preconiza que explicitar os atos, o modo de funcionamento e relações de constrangimento e de pressão, sobretudo no campo político, é auxiliar na compreensão da "gênese social de um campo", e atuar de forma a "apreender que faz a necessidade específica da crença que o sustenta" (BOURDIEU, 2000).

Especificamente ao campo político, destaca-se nesta premissa, que os atores qualificados a atuarem ou navegarem neste espaço devem comungar de características e corpus de saberes muito específicos. Não raras vezes, ao pontuar a perspectiva política paranaense, indica-se ainda que há um aval de atuação quase sempre relativo às conexões das elites ou de estruturas familiares muito bem consolidadas e ramificadas. Temos aqui, portanto, alguns elementos específicos do habitus deste campo, com ritos, falas e características específicas de quem trafega e acumula o domínio de linguagens e saberes do campo político, que passaram pela "iniciação, com as suas provas e os seus ritos de passagem", que tendem a impor "uma submissão de fato aos valores, às hierarquias e às censuras inerentes a este campo ou à forma

específica de que se revestem os seus constrangimentos e os seus controles no seio de cada partido" (BOURDIEU, 2009). Já no caso da recorrência das obras do professor Ricardo Costa de Oliveira, claramente destacamos a sua participação fundamental para o debate sobre nepotismo, sobre parentes e poder político, e demais temas que estão alinhados às pesquisas publicadas na Revista do NEP. Desta feita, percebemos como natural o uso recorrente do pesquisador para debate sobre abordagens teóricas nos trabalhos, visto a volumosa e importante contribuição para as investigações acerca da política paranaense, poder político, nepotismo, instituições, famílias, estruturas de parentesco e poder legislativo. Ainda sobre os dados dos autores abordados nos artigos, ressaltamos também outros pesquisadores que integram o NEP, como a professora Dra. Monica Helena Harrich Silva Goulart[10] e o professor Dr. José Marciano Monteiro[11].

Figura 5 – Categoria Obra (REVISTA NEP)

Fonte: O Autor, 2022.

[10] http://lattes.cnpq.br/1682464404261569
[11] http://lattes.cnpq.br/1364782229198714

A última categoria reunida com a contagem dos artigos publicados na Revista do NEP é a Obras. Nela, contabilizamos as obras que são mais indicadas nas referências junto aos trabalhos e pesquisas que constam nas publicações do NEP. A categoria Obras está vinculada à categoria Autores, uma vez que partimos da mesma base para estabelecer o recorte das obras contabilizadas. Para uma melhor assertividade nos dados, e para perceber as contribuições das obras nos trabalhos, não foram consideradas distintas as mesmas obras com anos e editoras diferentes. Ou seja, como o objetivo era identificar as obras mais indicadas, foram agrupadas as referências publicadas em anos e editoras diferentes, desde que fossem de mesma autoria e título.

A obra que foi apontada como a mais usadas dentre os trabalhos publicados no NEP foi o livro "Na Teia do Nepotismo: sociologia politica das relações e poder político no Paraná e no Brasil", de autoria do professor Dr. Ricardo Costa de Oliveira. Foram 50 indicações de uso nos trabalhos, ou seja, cerca de ¼ dos artigos publicados usaram a obra como referência teórica para sustentar os debates sobre os temas de nepotismo, família e relações de parentesco no cenário político. Outra obra apontada também como as mais citadas, e também de autoria do professor Dr. Ricardo Costa de Oliveira, é o livro "O silêncio dos vencedores: genealogia, classe dominante e Estado do Paraná". As duas obras são centrais para entender as lógicas do familismo na sociedade paranaense e brasileira, e desvelar as práticas do nepotismo e a reprodução do poder a partir das dinâmicas do parentesco.

Ainda de autoria do professor Dr. Ricardo Costa de Oliveira, contabilizamos os textos "Famílias, poder e riqueza: redes políticas no Paraná em 2007" e "Notas sobre a política paranaense no período de 1930 a 1945" dentre as obras mais referenciadas, o livro organizado pelo professor junto aos demais pesquisadores do NEP, intitulado "Estado, classe dominante e Parentesco no Paraná", bem como a tese doutoral do professor, intitulada "O silêncio das genealogias: classe dominante e estado no Paraná (1853-1930)". A incidência das obras indicadas do professor segue a mesma proporcionalidade e centralidade para os estudos apontada na categoria Autores. Da mesma forma como na tabulação dos autores, registramos também colaborações de outros autores do NEP entre as vinte obras mais referenciadas nos trabalhos publicados na revista.

Considerações finais

A família e o sobrenome são elementos que orientam posições e status na sociedade e que, mesmo no século XIX, explica o cenário político e social. Um mapeamento de sobrenome ou de cruzamento de parentesco ao longo do histórico de cargos eletivos ocupados em câmaras municipais, assembleias legislativas e no congresso federal são subsídios para facilmente percebermos como as estruturas de parentesco são rizomáticas e se perpetuam ano após ano reproduzindo o poder de classe e poder familiar. Neste trabalho, buscamos nos aproximar um pouco dos estudos sobre familismo e nepotismo, na medida em que nos propomos a mapear os dados relativos aos artigos publicados na revista do Núcleo de Estudo Paranaense (NEP). A proposta foi observar a posturas metodológicas e correntes teóricas que se demonstram mais evidentes nos estudos sobre genealogia e familismo na sociologia política tendo como base as publicações do NEP. Acreditamos que com isso podemos colaborar no debate, permitindo um quadro de síntese sobre as principais estruturas dos estudos sobre os temas já indicados. Com isso, os resultados nos orientam para uma predominância do método documental e prosopográfico, o que nos orienta para uma interpretação dos estudos da genealogia a partir de um perfil de grupo resultante de uma investigação acerca da origem e das relações de parentesco etc, seguido de incursões documentais. Ainda podemos destacar nos resultados as principais estruturas teóricas de base, evidenciando Bourdieu, como leitura recorrente nas pesquisas, bem como as obras do Dr. Ricardo Costa de Oliveira, que são usadas como base para as pesquisas no cenário nacional. Fundamental destacar a centralidade da produção e contribuição do professor Dr. Ricardo Costa de Oliveira nos estudos do familismo, em todas as amplitudes de abrangência geográfica e de diversos temas que versaram sobre os trabalhos analisados, sobretudo daqueles cuja origem de produção e estudo são distintos do espaço do NEP. Isso reforça a forma como a produção do professor vem se consolidando uma base sólida e uma literatura norteadora para os estudos da genealogia.

Referências

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009

BOURDIEU, Pierre. **Escritos de Educação**. Petrópolis: Vozes, 2007.

BOURDIEU, Pierre. **Questões de sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.

BULST, Neithard. Sobre o objeto e o método da prosopografia. In: **Revista Polítéia: História e Sociedade**. Vitória da Conquista, vol. 5, nº 1, 2005, p. 49-50.

CANÊDO, Letícia Bicalho. "Caminhos da Memória: parentesco e poder". **Revista Textos de História**, v. 2, n. 3, pp. 85-122. 1994.

CANÊDO, Letícia Bicalho. Um capital político multiplicado no trabalho genealógico. **Revista Pós Ciências Sociais**, [S. l.], v. 8, n. 15, 2011. Disponível em: http://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rpcsoc/article/view/578. Acesso em: 4 set. 2022.

CANÊDO, Letícia Bicalho. **Metáforas do parentesco e a duração em polític**. T.E.X.T.O.S DE H.I.S.T.Ó.R.I.A. Revista do Programa de Pós-graduação em História da UnB., [S. l.], v. 3, n. 1, p. 82–103, 2011. Disponível em: https://periodicos.unb.br/index.php/textos/article/view/27719. Acesso em: 4 sep. 2022.

FREYRE, Gilberto. **Sobrados e mucambos: decadência do patriarcado e desenvolvimento do urbano**. São Paulo: Global, 2004.

FREYRE, Gilberto. **Casa Grande & Senzala**. 34 ed. Rio de Janeiro: Record, 1998.

GOULART, Mônica Helena Harrich Silva. (2015), **Entre Famílias e Secretarias: análise do arranjo político administrativo da Paraná (1889-1930)**. In: OLIVEIRA, R. C. de (org.). Estado, Classe Dominante e Parentesco no Paraná. Blumenau: Nova Letra, 2015. p. 247-300.

GOULART, Mônica Helena Harrich Silva Família e política: concepções teóricas e metodológicas. XV ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA. Curitiba, 26 a 29 de julho de 2016, p. 1 a 14. Disponível em: <http://www.encontro2016.pr.anpuh.org/resources/anais/45/1468205956_ARQUIVO_FamiliaePolitica.ANPUH.PR.pdf>. Acesso em: 28/01/2022.

GOULART, Mônica Helena Goulart. Família e política: repensando relações. In: **Família Importa e Explica:** Instituições políticas e parentesco no Brasil. Editora LiberArs, 2018.

GRILL, Igor Gastal; DOS REIS, E. T. Dos Campos aos Domínios das "Elites" no Brasil. **Revista TOMO**, n. 32, 31 mar. 2018.

GRILL, Igor Gastal. 'Família', Direito e Política no Rio Grande do Sul: os usos do parentesco e dos títulos escolares no exercício do métier. **TOMO**, v. 10, pp. 85-111. 2007.

GRILL, Igor Gastal. 'Famílias', ascensão social e alinhamentos partidários no Rio Grande do Sul. **Revista de Ciências Sociais**, v. 43, n. 2, pp. 137-157. 2012.

GRILL, Igor Gastal. As Bases das Heranças Políticas no Rio Grande do Sul: parentesco, partidos e redes. **Sociedade em Debate**, v. 10, n. 2, pp. 159-197. 2004.

GRILL, Igor Gastal. "Heranças Políticas" no Rio Grande do Sul. **Revista NEP** - Núcleo de Estudos Paranaenses da UFPR 3, no. 1 (September 2017): 471. http://dx.doi.org/10.5380/nep.v3i1.52851.

HOLLANDA, Cristina Buarque de. **Teoria das elites**. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

OLIVEIRA, Ricardo Costa de; GOULART, Mônica Helena Harrich Silva; VANALI, Ana C.; MONTEIRO, José Marciano. Família, parentesco, instituições e poder no Brasil: retomada e atualização de uma agenda de pesquisa. **Revista Brasileira de Sociologia**, v.5, n. 11, p. 165-198, set.-dez. 2017.

OLIVEIRA, Ricardo Costa de. Famílias, poder e riqueza: redes políticas no Paraná em 2007. **Sociologias**, Porto Alegre, n. 18, p. 150-169, jun./dez. 2007.

OLIVEIRA, Ricardo Costa de. **Na Teia do Nepotismo: sociologia política das relações de parentesco e poder político no Paraná e no Brasi**l. Curitiba: Ed. Insight, 2012.

OLIVEIRA, Ricardo Costa de. **O Silêncio dos Vencedores: genealogia, classe dominante e Estado no Paraná.** Curitiba: Moinho do Verbo, 2001.

OLIVEIRA, Ricardo Costa de. **Estado, classe dominante e parentesco no Paraná**. Blumenau: Nova Letra, 2015.

OLIVEIRA, Ricardo Costa de. **O silêncio das genealogias: classe dominante e estado no Paraná (1853-1930)**. Tese. Doutorado em Sociologia. Universidade Estadual de Campinas, 2000.

OLIVEIRA, Ricardo Costa de. Famílias, poder e riqueza: Redes Políticas no Paraná em 2007. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 9, nº 18, jun./dez. 2007, p. 150-169, 2007.

REIS, E. R., & Grill, I. Trajetórias de Multinotabilidades: reconfigurações históricas e condicionantes sociais das inscrições políticas e culturais de parlamentares brasileiros. **Dados**, Rio de Janeiro, 58(2), 331-369. 2015.

REIS, E. R., & Grill, I. Estudos de elites políticas e as bases das multinotabilidades no Brasil. **Tempo Social**, São Paulo, 29(3), 137-159. 2017.

SAINT MARTIN, M. (2008). Da reprodução às recomposições das elites: as elites administrativas, econômicas e políticas na França. **TOMO**, jul/dez, nº 13, p. 43-73.

STONE, Lawrence. Prosopografia. **Revista de Sociologia e Política**, v. 19, n. 39, jun. 2011.

Recebido em: 30 nov. 2023.
Aprovado em: 5 dez. 2023.